CONSTRUÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMA DE INTERVENÇÃO EDUCATIVA SOBRE SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA PARA ADOLESCENTES NO CONTEXTO ESCOLAR

Beatriz Tavares Diniz Maciel (PIC/CNPq/FA/UEM), Mayckel da Silva Barreto (Orientador). E-mail: msbarreto@uem.br.

Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências da Saúde, Maringá, PR.

Enfermagem, Enfermagem em Saúde da Criança e do Adolescente

Palavras-chave: Saúde Sexual e Reprodutiva; Educação em Saúde; Programa Saúde na Escola

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi relatar o processo de construção e implementação de um programa educativo sobre saúde sexual e reprodutiva voltado a adolescentes, bem como analisar as percepções dos participantes. Trata-se de estudo descritivo e qualitativo, guiado pelo COREQ, realizado em uma escola estadual em Maringá, PR, com 21 adolescentes de 13 a 15 anos do nono ano do ensino fundamental. A intervenção intersetorial consistiu em seis encontros semanais com metodologias ativas. A coleta de dados ocorreu em agosto de 2025 mediante entrevistas semiestruturadas, analisadas via Análise de Conteúdo Temática de Bardin. Os resultados evidenciaram a aprovação do programa pelos participantes, que o classificaram como inovador, acolhedor e informativo. Observou-se ampliação no letramento em saúde referente à prevenção da gravidez precoce, infecções sexualmente transmissíveis, direitos e canais de proteção contra violência sexual, além do fortalecimento da autonomia para decisões conscientes e do retardo na iniciação sexual. Conclui-se que o programa contribuiu para sistematizar a educação sexual no espaço escolar e fortalecer a integração entre saúde e educação.

INTRODUÇÃO

A adolescência constitui uma etapa singular do ciclo vital, caracterizada por intensas transformações biológicas, emocionais e sociais que repercutem diretamente na construção da identidade e na vivência da sexualidade. Trata-se de um período permeado por curiosidades e experimentações, mas também por vulnerabilidades acentuadas, tais como a gravidez não planejada, as infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e a exposição a situações de violência sexual. No cenário brasileiro, dados do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos apontam expressiva prevalência de maternidade na adolescência, enquanto registros do Sistema de Informação de Agravos de Notificação indicam elevada incidência de

sífilis adquirida na faixa etária de 15 a 19 anos, evidenciando graves lacunas no acesso a informações precisas e no cuidado preventivo.

Apesar da urgência da pauta, a educação sexual permanece abordada de forma incipiente e fragmentada em grande parte das instituições de ensino, frequentemente limitada por tabus sociais e pela escassez de capacitação específica dos profissionais. À luz do Estatuto da Criança e do Adolescente e do Programa Saúde na Escola, a criação e a implementação de programas educativos estruturados configuram instrumentos estratégicos para promover o protagonismo juvenil, o letramento em saúde e a tomada de decisões conscientes. O objetivo deste estudo foi relatar o processo de construção e implementação de um programa de intervenção educativa sobre saúde sexual e reprodutiva para adolescentes e analisar as percepções dos participantes após sua execução.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um estudo descritivo e qualitativo, conduzido conforme as diretrizes do *Consolidated Criteria for Reporting Qualitative Research* (COREQ). A pesquisa foi desenvolvida em uma escola estadual situada no município de Maringá, PR, caracterizada pelo atendimento a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. O protocolo educativo foi concebido de forma intersetorial em dois encontros de alinhamento entre a Secretaria Municipal de Saúde, a Secretaria Estadual de Educação, profissionais da Atenção Primária à Saúde (APS), gestores escolares e pesquisadores da Universidade Estadual de Maringá.

A intervenção abrangeu 21 adolescentes regularmente matriculados no 9º ano do Ensino Fundamental (com idades entre 13 e 15 anos), mediante autorização formal dos responsáveis e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE). A coleta de dados ocorreu em agosto de 2025, após a realização de seis encontros semanais, por meio de entrevistas semiestruturadas gravadas e transcritas na íntegra. O material textual foi submetido à Análise de Conteúdo na modalidade temática, seguindo as etapas de pré-análise, exploração do material e tratamento e interpretação dos resultados. O projeto foi aprovado pelo Comitê Permanente de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Estadual de Maringá (CAAE: 83119324.0.0000.0104; Parecer nº 7.192.376).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O programa educativo foi estruturado em seis encontros presenciais com duração de 40 a 60 minutos, conduzidos por profissionais da APS, conselheiros tutelares e educadores, utilizando recursos como rodas de conversa, dinâmicas participativas, caixa de dúvidas anônimas e quizzes interativos. A síntese operacional das atividades está apresentada na Tabela 1.

Tabela 1

Encontro	Temática e Objetivos	Estratégias e Metodologias
Encontro 1	Sistema reprodutor, alterações da puberdade e higiene íntima. Apresentar a anatomia e fisiologia corporal.	Exposição dialogada com slides, cartazes anatômicos e dinâmica de perguntas rápidas.
Encontro 2	Sexualidade, afetividade e consentimento. Promover reflexões sobre autoestima e diversidade.	Roda de conversa e dinâmica de “Mitos e Verdades”com cartões conceituais.
Encontro 3	Gravidez na adolescência e contracepção. Discutir implicações da gestação precoce e métodos do SUS.	Demonstração prática de preservativos em manequins e caixa de dúvidas anônimas.
Encontro 4	ISTs, vacinação e prevenção combinada. Orientar sobre formas de transmissão e testagem.	Exibição de vídeo educativo, orientação médica com material impresso e quiz interativo.
Encontro 5	Violência sexual e rede de proteção. Identificar formas de abuso e canais formais de denúncia.	Estudo de caso fictício, debate orientado e apresentação dos canais de apoio (Disque 100/Conselho Tutelar).
Encontro 6	Encerramento e síntese. Revisar conteúdos ministrados e estimular o protagonismo juvenil.	Quiz interativo em grupos, avaliação participativa (“Que bom / Que pena / Que tal”) e síntese.

A análise qualitativa das falas revelou percepções altamente favoráveis. Os adolescentes destacaram o caráter inovador do programa, ressaltando que temas frequentemente omitidos no ambiente familiar e escolar foram abordados de forma clara, empática e segura pelos profissionais da APS. A intervenção fortaleceu o letramento em saúde, propiciando reflexões críticas que culminaram na conscientização sobre direitos reprodutivos, no reconhecimento dos canais de

denúncia contra abusos e no desejo explícito de adiar a iniciação sexual de forma responsável.

CONCLUSÕES

A construção e implementação do programa de intervenção educativa demonstrou ser uma ferramenta altamente eficaz e replicável para a promoção da saúde sexual e reprodutiva no contexto escolar. A articulação intersetorial entre as redes de saúde e educação possibilitou a criação de um espaço acolhedor, fundamentado em evidências científicas, que favoreceu o desenvolvimento do pensamento crítico, o empoderamento e a autonomia dos adolescentes para a tomada de decisões conscientes e seguras. Recomenda-se a institucionalização de estratégias semelhantes nas políticas públicas locais para assegurar a proteção integral e a continuidade dessas ações.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2016.

BRASIL. Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007. Institui o Programa Saúde na Escola – PSE, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 2007.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

RODRIGUES, S. H. B.; LEAL, D. A. A sexualidade na adolescência entendida como um desafio frente à prevenção da gravidez precoce: estudo realizado nas escolas públicas municipais de Planaltina - GO. **Rev. Ibero-Am. Human. Ciênc. Educ.**, v. 11, n. 8, p. 2015-2022, 2025.

SELL, K.; OLIVER, K.; MEIKSIN, R. Comprehensive sex education addressing gender and power: a systematic review to investigate implementation and mechanisms of impact. **Sex. Res. Soc. Policy**, v. 20, p. 58-74, 2023.

SOUSA, L. M.; SANTOS, L. C.; RIBEIRO, S.; ANDRADE, J. Strategies for health literacy related to sexually transmitted infections: scope review. **Online Braz. J. Nurs.**, v. 24, e20256821, 2025